

**O SR. PRESIDENTE (Benjamim Farah)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco.

*O SR. ITAMAR FRANCO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.*

**O SR. PRESIDENTE (Benjamim Farah)** — Tem a palavra o nobre Senador Danton Jobim.

**O SR. DANTON JOBIM (Rio de Janeiro — MDB) (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Neste apagar de luzes desta nossa sessão, desejo felicitar o Senado pelos temas e pelo tom que distinguiram o nosso debate de hoje. O Senado, como todos sabem, deve ser a Casa onde se analisa e se debate a política internacional do País.

Aqui vimos o Líder da Maioria ocupando-se, uma vez mais, do Tratado Nuclear do Brasil com a Alemanha, e o fazendo, sem dúvida, de modo a merecer a inteira aprovação dos representantes da Oposição brasileira, porque aqui defendemos esse Tratado, embora não o conhecêssemos ainda nos seus menores detalhes, dado o sigilo em que foi negociado. E a asserção feita pelo nobre Senador Virgílio Távora, de que não havia razão para se afirmar que sem a aprovação dos Estados Unidos o Acordo não seria concluído, merece, na realidade, uma rápida observação.

Realmente, sem a aquiescência dos Estados Unidos o Tratado jamais seria concluído, mas não tanto pela pressão dos Estados Unidos sobre o nosso Governo, quanto pela pressão americana sobre o Governo da Alemanha Ocidental.

É sabido — e eu tive ocasião de me referir a este fato — que houve numerosas *démarches* entre os Governos norte-americano e alemão sobre a conveniência ou não de se completar esse instrumento internacional que, de certo modo, interferia com a política de não-proliferação das armas atômicas.

**O Sr. Paulo Guerra (Pernambuco — ARENA)** — V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. DANTON JOBIM (Rio de Janeiro — MDB)** — Com prazer.

**O Sr. Paulo Guerra (Pernambuco — ARENA)** — Permita que incorpore ao discurso de V. Ex<sup>a</sup> que o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha tem, para a soberania nacional, a mesma importância que teve a Lei do Ventre Livre para a eliminação da escravatura no Brasil.

**O SR. DANTON JOBIM (Rio de Janeiro — MDB)** — Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Concordo com V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Senador Paulo Guerra, em que esse Tratado representou para o Brasil, sem a menor dúvida, um passo decisivo para a nossa independência econômica, para o nosso futuro...

**O Sr. Paulo Guerra (Pernambuco—ARENA)** — Foi este o sentido do meu aparte.

**O SR. DANTON JOBIM (Rio de Janeiro — MDB)** — Estou concordando com o seu aparte.

Esse Tratado foi um passo decisivo para a abertura de amplas perspectivas ao nosso desenvolvimento. A Oposição, por certo, não poderia deixar de aplaudi-lo, como o fez.

Não sei se agora houve uma ou outra voz discordante, entre os nossos companheiros, mas a verdade é que logo a Bancada do MDB, nesta Casa, solidarizou-se com o Governo da República, quando ele concluiu o Acordo com a Alemanha Ocidental, com a aquiescência, parece evidente, dos Estados Unidos, que compreenderam — e a nossa diplomacia trabalhou com afinco, nesse sentido — a verdadeira significação do ato bilateral que naquele momento se firmava, instrumento pioneiro nas relações entre as grandes potências interessadas na não-proliferação nuclear e as nações em desenvolvimento.

Também o nobre Senador Itamar Franco tratou do discurso que o Chanceler brasileiro recentemente pronunciou na abertura dos trabalhos da ONU. Fez uma análise alta, sem dúvida à altura dos melhores padrões parlamentares.

**O Sr. Itamar Franco (Minas Gerais — MDB)** — Muito obrigado, Senador.

**O SR. DANTON JOBIM (Rio de Janeiro — MDB)** — Mas o que quero, neste momento, frisar é que, realmente, precisamos fixar nossas atenções nos grandes problemas nacionais, que, quase sempre, são também grandes problemas internacionais, problemas que dizem respeito ao nosso futuro de nação independente e em plena ascensão no concerto mundial.

O Senado da República tem responsabilidades definidas, repito, na área das nossas relações com as demais nações do mundo, sobretudo, no afã de nos tornarmos um País com as dimensões de uma grande potência — o que, aliás, para mim, não é essencial — convém que não minimizemos o grau de prioridade que devemos reservar às nações do Continente Americano, e, entre estas, as nações vizinhas. Creio que não será desprimor, para qualquer dos nossos vizinhos, reconhecer a peculiar importância de nossa amistososa convivência com a República Argentina, e, de um modo geral, com todas as nações da Bacia do Prata.

Os dias difíceis que nossos irmãos de além-Prata estão atravessando, Sr. Presidente, não devem iludir, não devem enganar a ninguém, sobre a transitóriedade de um doloroso processo de transformação política, social e econômica, que, se nos preocupa, não nos deve desviar, entretanto, do objetivo de uma real, efetiva e eficaz aproximação, cada vez maior, com a República Argentina.

Não nos intrometemos nos negócios internos desse nobre País, e temos conseguido manter, felizmente, boas relações com os governos que, ultimamente, têm ocupado a Casa Rosada.

A boa regra, que o Itamarati felizmente vem seguindo, na gestão Azeredo da Silveira, é olhar menos para os interesses divergentes entre os dois países que para as convergências de interesses.

Nossas relações com Buenos Aires assentam em interesses permanentes ditados pela Geografia e pela História.

Mas é bom considerar, também, que se trata de nosso maior vizinho, e que a Argentina, apesar da aparente desagregação de seu organismo político interno, é e continuará sendo um grande país, com pressupostos de expansão e engrandecimento.

Os índices de vitalidade da economia argentina são testados, significativamente, pelas condições desfavoráveis que perturbam a vida interna do País. "Les murs tien bon" — diziam os franceses quando a França desaparecia, praticamente, como nação soberana, durante a Grande Guerra Mundial, manifestando, assim, a sua confiança na reconstrução do País.

Os alicerces da Nação argentina são sólidos, suportaram crises sucessivas e suportarão outras, até onde podemos enxergar.

Foi assim no passado, quando o manifesto destino da união levou as Províncias Unidas a vencer a anarquia, a solidarizarem-se as suas grandes lideranças provinciais, para o objetivo de construir uma nação coesa e próspera, a ponto de atingir a primeira fila na América Ibérica e impor-se ao respeito do mundo.

Hoje, outros fatores se aliam à consciência da união necessária e indestrutível para acentuar o espírito de argentinidade, âncora a impedir que o barco desgarre rumos dos escolhos, impellido por correntes antagônicas.

Ontem, visitando esta Casa, o chanceler Angel Federico Robledo disse ao Presidente Magalhães Pinto que, no Ministério do Exterior de seu país — de que hoje é titular — pretende atingir as metas que havia definido como Embaixador em Brasília, sobretudo a integração dos dois países no campo do desenvolvimento.

Essa integração é necessária e urgente, alcançado-se com ela uma cooperação fraternal, a partir de interesses comuns e, tanto quanto possível, a complementariedade de nossas economias.

Para terminar, digamos que é confortador verificar, ainda, que, apesar das tempestades que sopram sobre sua democracia, os argentinos se esforçam dramaticamente para preservar os pilares do regime: respeito ao voto, pluripartidarismo, liberdade ampla para a Oposição, independência do Legislativo.

Era o que eu tinha a dizer. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Benjamim Farah)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Orestes Quércia.

**O SR. ORESTES QUÉRCIA (São Paulo — MDB) (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)** — Sr. Presidente, Srs. Senadores, antes que as luzes se apaguem, quero, neste encerramento de sessão, levantar a questão, ontem tratada nesta Casa pelo eminente Senador Virgílio Távora, sobre incentivos do Governo brasileiro a empresas estrangeiras, hoje denominadas multinacionais.

Da análise dos últimos acontecimentos, Sr. Presidente, somos obrigados a inferir que o Governo anuncia a proteção da empresa brasileira contra a desnacionalização e, ao mesmo tempo em que anuncia essas medidas de interesse da Nação, incentiva empresas estrangeiras que vêm concorrer com as brasileiras.

Ontem o Senador Virgílio Távora se referiu aos incentivos dados à Krupp; dias atrás, o Ministro Severo Gomes prestou alguns esclarecimentos públicos a respeito dos incentivos à Krupp; também falou a respeito dos incentivos à ELCAT, que não foram tratados aqui pelo Líder do Governo, Senador Virgílio Távora. Justificou, ainda, as medidas governamentais, no que tange à Cónsul, em Santa Catarina.

Sr. Presidente, somos obrigados a entender essa medida, impedindo a venda da Cónsul a uma empresa estrangeira, como propaganda do Governo, porque, na realidade, o Ministério da Indústria e do Comércio já tinha o compromisso de uma subsidiária dessa empresa, de que ela não poderia ser vendida a nenhum grupo estrangeiro, em virtude de ter obtido financiamentos e favores do Governo brasileiro.

Somente com a intervenção do Ministro da Fazenda foi que o povo brasileiro tomou conhecimento de que já existia esse compromisso. Portanto, o Governo brasileiro não pode parecer como grande protetor, impedindo a desnacionalização, porque, na realidade, já existia esse compromisso anterior, assumido pela empresa de compressores, da qual era associada a Cónsul.

Ontem, o Senador Virgílio Távora, falando nesta Casa, justificou as medidas de incentivos a Krupp, inclusive, disse, à certa altura: "A Krupp, entrando em qualquer linha em que haja competição com o empresariado nacional, não se beneficia dos incentivos dados".

Sr. Presidente, temos poucas oportunidades de buscar informações, principalmente nós da Oposição, porque aos Senadores da Situação resta a grande possibilidade de obter dados nos Ministérios, junto ao Governo. Por isso, temos de nos socorrer, sempre, das notícias trazidas pela imprensa e, muitas vezes, tenho sido criticado por isso. Mas, continuo a trazer os elementos da imprensa, porque, talvez, seja uma das únicas fontes que nós, da Oposição, temos para buscar dados e informações, analisarmos e fazermos o nosso próprio julgamento.

Hoje o jornal *O Estado de S. Paulo* faz um comentário a respeito dos incentivos à Krupp, dos incentivos à ELCAT.

É evidente e está aqui o nosso eminente companheiro Itamar Franco — que o meu discurso não pretende ter a mínima conotação bairrista, a mínima conotação paulista, porque estamos de acordo com as instalações das empresas em Minas Gerais. Somente quanto à forma dessas instalações é que discutimos.

O jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de hoje, diz o seguinte:

"Trata-se dos casos da Krupp e da ELCAT, para instalação de unidades em Minas Gerais. Com referência ao primeiro, disse o Sr. Ministro da Indústria e do Comércio que "o setor de bens de capital evidencia um amplo mercado

e que o Governo impôs à Krupp a exigência de, nos setores em que ela competir com indústrias nacionais, já instalada, obedecer aos mesmos índices de nacionalização alcançados."

Em seguida, diz o mesmo jornal, em editorial, portanto, sob a sua responsabilidade:

Apos analisarmos o projeto da Krupp em Minas Gerais, constatamos que dos 23 produtos que constam de sua futura linha de produção apenas dois ainda não são produzidos no Brasil. E mais, para um investimento total de Cr\$ 169 milhões, o aporte de capital estrangeiro é de somente Cr\$ 35,3 milhões, enquanto os financiamentos internos a cargo de instituições oficiais se elevam a Cr\$ 60 milhões. A lei sobre o capital estrangeiro veda tais financiamentos oficiais e, assim, abre-se novo precedente e futuro foco de atritos.

Ainda ontem, quase no encerramento do discurso do Senador Virgílio Távora, o Senador Evelásio Vieira levantava esse mesmo ponto — e em virtude de estar encerrando o seu discurso o Senador Virgílio Távora não respondeu — referindo-se a informações oriundas desse jornal e dizendo que a Krupp vai fabricar 23 produtos, dos quais 21 por empresas brasileiras. Por outro lado, Sr. Presidente, nós temos também os incentivos dados à Elcat, e sobre isso continua o jornal *O Estado de S. Paulo*, no editorial de hoje:

No caso da Elcat, empresa com participação italiana a ser implantada em Betim para produzir bancos, tanques de gasolina e silenciadores para a Fiat Automóveis — cujo projeto foi aprovado pelo ministro Severo Gomes, contrariando decisão do plenário do CDI — os argumentos são pouco convincentes. Justificando sua decisão, afirmou o titular do MIC que "as concorrentes paulistas da Elcat pretendiam transportar esses componentes a 1.200 quilômetros, de São Paulo a Minas Gerais (sic)", até com perigo de danificá-los durante o transporte. O argumento de danos no transporte não merece sequer consideração. Ocorre que, para a produção de bancos, havia pelo menos doze empresas de São Paulo interessadas em instalar novas fábricas em Belo Horizonte, atendendo à demanda criada pela Fiat. Uma delas, a Resil, antecipando-se às demais, chegou a apresentar e ter aprovados projetos no CDI e no Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais. Foi, todavia, barrada em suas intenções, desde que a Fiat lhe negou a "carta de intenção de compra", por estar negociando a venda da Elcat para o Brasil, agora já devidamente amparada pelo MIC.

Sr. Presidente, as informações são essas que lemos. É evidente que contrastam com aquelas trazidas pelo Líder do Governo nesta Casa. Não duvidamos do Líder do Governo, apenas trazemos a informação de um jornal sério que contrasta com o que foi dito pelo Líder do Governo.

É o que faremos sempre, procurando trazer a este Plenário, a esta Casa, nossa preocupação, nossa palavra, objetivando a defesa e a proteção da empresa brasileira.

Ainda recentemente, Sr. Presidente, ouvimos um cidadão de prestígio, de destaque político em São Paulo, dizendo que devíamos proteger a nossa língua, as nossas tradições, porque a economia, realmente, deve ser internacionalizada. Somos contra a opinião daquele distinto cidadão, porque atrás da desnacionalização da economia das empresas virá, evidentemente, a desnacionalização dos costumes, da tradição e até da própria língua. É por isso, Sr. Presidente, que, desta Tribuna, sempre deveremos apelar para o Governo no sentido de maior esforço na proteção da empresa brasileira. Poderemos concordar com o advento de empresas estrangeiras, de que não façam concorrência à empresa brasileira.

**O Sr. Jarbas Passarinho (Pará — ARENA)** — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ORESTES QUÉRCIA** (São Paulo — MDB) — Tem o aparte o nobre Senador Jarbas Passarinho.

**O Sr. Jarbas Passarinho** (Pará — ARENA) — Muito obrigado pela deferência, o que prova uma incoerente vocação para atitudes de maioria. V. Ex<sup>a</sup> deu-me o aparte e eu queria dizer que ele será breve. Apenas para dizer-lhe que o Senador Virgílio Távora não se encontra presente porque foi chamado ao Palácio do Planalto para tratar de assuntos relacionados com a sua área da Vice-Liderança.

**O SR. ORESTES QUÉRCIA** (São Paulo — MDB) — Sinto, inclusive, estar falando sem a presença dele. É que eu não o vi sair e nessas questões de tempo, aqui, no Senado, há coisas muito relativas. As vantagens de falar na tribuna, passam a ser, muitas vezes, desvantagens, porque nos inscrevemos e não temos, sequer, condição de perceber se poderemos falar ou não. Por isso eu não quis perder a oportunidade de falar.

**O Sr. Jarbas Passarinho** (Pará — ARENA) — Não creia V. Ex<sup>a</sup> que eu esteja fazendo reparo, com alguma idéia subjacente de crítica à sua atitude. Absolutamente. Até porque, de fato, não teremos a possibilidade de ficar sempre em atitude ética de esperar que a pessoa que deva estar atenta ao nosso discurso esteja presente. Nem sempre isso será possível. Se for possível, muito bem. Quero dizer que estou plenamente de acordo com a tese de V. Ex<sup>a</sup> de defesa da vitalização da empresa privada brasileira, em relação a qualquer benefício que se possa dar um capital estrangeiro que, no meu entender, só deve ser feito quando o próprio capital nacional não puder, com todos os auxílios do próprio Estado, responder pela sua finalidade, pelo objetivo procurado. Não querendo entrar nesse terreno, com maior profundidade, apenas ficando na superficialidade, eu diria a V. Ex<sup>a</sup> que precisamos estar atentos para a tese atual do Governo, da desconcentração do poder industrial. Talvez isso explique muita coisa, explique por que determinadas soluções não sejam ortodoxamente perfeitas mas, o por quê, por exemplo, de São Paulo estar sendo objeto de uma falta de preferência como poderia acontecer, digamos, no caso da Borreyard, só para trazer um exemplo à vista. No momento em que essa Empresa se nacionalizou, foi desejo do Presidente da República, do Governo atual, fortalecer o grupo financeiro do próprio Rio Grande do Sul, como uma forma de pôr na prática, a tendência da desconcentração industrial; o que estamos verificando, por exemplo, Minas Gerais, na tentativa de fortalecer a sua própria economia, é para nós altamente louvável, mesmo que isso signifique, em comparação ideal, alguma injustiça ou alguma desvantagem com os pleitos que o próprio Estado de São Paulo fizesse. Isso, digo a V. Ex<sup>a</sup>, só em termos superficiais. Não tenho condições, confesso, neste caso, porque não o conheço para me aprofundar no seu mérito, mérito que deve caber ao Vice-Líder Virgílio Távora.

**O SR. ORESTES QUÉRCIA** (São Paulo — MDB) — Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, inclusive, porque a sua opinião coincide com a minha, no sentido da proteção à indústria brasileira. Com relação ao aspecto do incentivo do Governo a Krupp e à Elcat, de maneira nenhuma tive intenção de tentar defender os interesses de São Paulo. Trata-se da proteção a empresa estrangeira, a Krupp, que, segundo o jornal que li, irá fabricar 21 produtos dos 23 do seu total, que concorrem com empresas brasileiras. Evidentemente, não queremos proteger mais o interesse de São Paulo do que o de Minas Gerais, porque nos interessa, realmente, a descentralização. V. Ex<sup>a</sup> ainda assistiu, recentemente, a decisão do Governo, em que o novo pólo petroquímico foi para o Rio Grande do Sul sem que eu, como Senador de São Paulo, me levantasse para dizer absolutamente nada, quando, em São Paulo, existiu um movimento muito sério, muito grande para que fosse aumentado a capacidade de seu pólo. Realmente acredito na necessidade da descentralização. Acredito em Brasília, acredito na grande visão de Juscelino Kubitschek em construir Brasília, acredito que há necessidade da povoação...

**O Sr. Jarbas Passarinho** (Pará — ARENA) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte? (Assentimento do orador.) O elogio dado ao Presidente Juscelino Kubitschek e inteiramente cabível, só que ele entra nessa estória como Pilatos no Credo. Agora, ainda se V. Ex<sup>a</sup> permite a complementação do meu aparte, diria: veja como de fato determinadas soluções podem não ser ortodoxas e no entanto, em termos nacionais, serem as preferidas. Dou um exemplo: é quanto a Minas Gerais, a favor do novo pólo de exportação...

**O Sr. Itamar Franco** (Minas Gerais — MDB) — Como é difícil...

**O Sr. Jarbas Passarinho** (Pará — ARENA) — Não! Não é difícil para nós. Quando falo, como homem do Norte, é difícil, porque nós ainda temos uma desvantagem muito grande, embora seja como brasileiro, muito preocupado em relação ao problema de Minas Gerais. Acho mesmo que uma instabilidade de Minas Gerais significa uma instabilidade econômica do Brasil. O Senador Evelásio Vieira, aqui presente, também está muito preocupado com a posição de Santa Catarina, no cone sul brasileiro; além dos nossos tradicionais problemas do Nordeste e do Centro-Oeste. Veja V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Orestes Quêrcia, que ainda hoje tivemos uma *avant-première* prometida pelo Senador Alexandre Costa, sobre a questão de Carajás. Se a política brasileira fosse apenas incrementar a exportação, posso garantir a V. Ex<sup>a</sup> que mais 25 milhões de toneladas de minério de ferro exportadas seriam muito mais economicamente feitos pelo aumento das exportações atuais da Vale do Rio Doce, do que pela abertura de uma nova frente. Disse-me o Ministro das Minas e Energia que essa diferença de 7 para 1, quer dizer: cada 7 cruzeiros que ele aplica para abrir a nova frente de Carajás, responderia para o mesmo efeito a um só cruzeiro adicionado na Vale do Rio Doce. No entanto, para nós, aquilo é vital. É importante que se desenvolva, a partir dali, um processo de enriquecimento nacional, mas que se deixe, para o Pará, alguma coisa que não sejam os famosos buracos que Minas Gerais herdou na mesma política. Daí eu mostrar que o meu objetivo não foi salienta que V. Ex<sup>a</sup> está aqui se setorizando, apenas, como Senador de São Paulo; V. Ex<sup>a</sup> é um Senador do Brasil, evidentemente. Em primeiro lugar, é melhor para nós o que for melhor para o Brasil. O que for melhor para o Brasil será melhor para São Paulo, para o Pará e para Minas Gerais.

**O SR. ORESTES QUÉRCIA** (São Paulo — MDB) — É melhor proteger a indústria nacional, mesmo sendo de São Paulo, do que proteger a indústria estrangeira.

**O Sr. Jarbas Passarinho** (Pará — ARENA) — Acredito plenamente. Mas, como nem a União Soviética pode-se desenvolver sem capital estrangeiro, como ainda hoje vai buscá-lo nos Estados Unidos, para desenvolver seus recursos petrolíferos da Sibéria, o que nós precisamos é, dentro da garantia de que o centro de decisões não escape de nós, trazer o capital que for necessário para a própria incrementação da produção nacional.

**O SR. ORESTES QUÉRCIA** (São Paulo—MDB) — Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, com o qual estou inteiramente de acordo.

**O Sr. Itamar Franco** (Minas Gerais — MDB) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ORESTES QUÉRCIA** (São Paulo—MDB) — Ouço com prazer.

**O Sr. Itamar Franco** (Minas Gerais — MDB) — Senador Orestes Quêrcia, para situar mais uma vez a minha posição, face a "Krupp" em Minas Gerais. Claro que todos aqui somos Senadores da República, mas também representamos o povo em suas regionalidades e em suas condições locais de vida. Já tive oportunidade de dizer que vejo aspectos positivos nessa implantação em Minas Gerais. O Senador Jarbas Passarinho lembrou muito bem aquilo que pregoniza, e costume dizer aqui, o famoso e decantado II Plano Nacional de Desenvolvimento: a desconcentração industrial neste País. Nós defendemos essa desconcentração. Lembrava ontem ain-

da, que o Governo brasileiro devia estar atento à posição do empresariado nacional. Dizia inclusive, que, por se tratar de uma indústria de bens de capital, a sua direção devia caber a brasileiros. Essa a nossa colocação, saudando a Krupp em Minas Gerais, mas chamando a atenção, e estou certo de que o Governo Federal há de estar atento a isto, para a defesa do empresariado nacional e a possibilidade de que ela venha a ser dirigida por brasileiros. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. ORESTES QUÉRCIA** (São Paulo — MDB) — Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup> e estou inteiramente de acordo com ele; inclusive, ontem, durante os debates, V. Ex<sup>a</sup> realmente, repetiu isso, bem como o nobre Senador Roberto Saturnino: que o Governo teria condições de pressionar a empresa no sentido de que a maioria fosse de capital brasileiro, porque, realmente, a produção de bens de capital é estratégica, da mesma forma que o petróleo, como muito bem lembrava aqui, ontem, aquele representante do Estado do Rio.

**O Sr. Evelásio Vieira** (Santa Catarina — MDB) — Dá licença V. Ex<sup>a</sup> para um aparte?

**O SR. ORESTES QUÉRCIA** (São Paulo — MDB) — Com muito prazer.

**O Sr. Evelásio Vieira** (Santa Catarina — MDB) — Tenho três observações a fazer diante do desenrolar do pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> Primeira delas: tive oportunidade de dirigir referências elogiosas ao comportamento do Sr. Severo Gomes, titular do Ministério da Indústria e do Comércio, mais isso não impede que eu faça também as minhas críticas naqueles pontos em que eu achar necessários. Cônsul: V. Ex<sup>a</sup> fez uma crítica à intervenção do Governo da qual por um imperativo de consciência, tenho que dizer que discordo.

**O SR. ORESTES QUÉRCIA** (São Paulo — MDB) — Acho que não foi bem assim. Eu critiquei a colocação em termos de propaganda do Governo, neste caso, porque na realidade, estou amplamente de acordo com a sua atitude em ter protegido a não venda do Cônsul. Acontece que esta proteção já existia num compromisso da empresa subsidiária da Cônsul, que não poderia, realmente, ser transferida. Eu somente quis dizer o seguinte: que talvez o Governo tenha usado esse assunto para propagar a defesa; e com razão, porque — quem sabe —, se eu fosse o Governo também faria o mesmo, para propagar aos quatro cantos do País, a proteção à indústria brasileira, da mesma forma que protegeu, com a aquiescência da Nação. Como tive oportunidade de dizer aqui, num aparte, recentemente, ao Senador Virgílio Távora, não tenho nenhuma restrição com relação a atitude do Governo na proteção da permanência da Cônsul com o capital brasileiro. Nenhuma! Apenas acho que este assunto foi usado para que o Governo tivesse um veículo de propaganda para dizer: "Estamos protegendo a indústria brasileira". Só isso.

**O Sr. Evelásio Vieira** (Santa Catarina — MDB) — Não. Ainda assim pediria permissão ao Senador Orestes Quêrcia, para discordar. Acho que o Governo agiu certo, e até com violência, porque a Philips poderia ter sacramentado a compra. Não há lei no Brasil que impeça a venda da Cônsul à Philips. Apenas a Philips e a Cônsul respeitaram a violência do Governo Federal. Mas nós o aplaudimos, porque o interesse da Philips era adquirir a fábrica produtora de compressores, e aí ela passaria a impor os preços para as demais fabricantes brasileiras de refrigeradores.

**O SR. ORESTES QUÉRCIA** (São Paulo — MDB) — Somente para um contra-afarte rápido. Existia um compromisso da empresa, de que ela não seria vendida a estrangeiros.

**O Sr. Evelásio Vieira** (Santa Catarina — MDB) — Enquanto ela tivesse os financiamentos. Correto?

**O SR. ORESTES QUÉRCIA** (São Paulo — MDB) — E ela teve, Excelência.

**O Sr. Evelásio Vieira** (Santa Catarina — MDB) — Mas na hora em que ela resgatasse o financiamento, ela poderia ser vendida.

**O SR. ORESTES QUÉRCIA** (São Paulo — MDB) — Bem, então não foi tanta a violência do Governo, porque realmente ele cumpriu o acordo que tinha com a firma.

**O Sr. Evelásio Vieira** (Santa Catarina — MDB) — Não. No entendimento havido entre as duas empresas, era necessário apenas que a Philips entregasse o dinheiro à Cônsul, e esta resgatasse o seu compromisso com os bancos oficiais e ela seria transferida, tranquilamente, e o Governo não poderia impedir. Mas é que a Philips aceitou, porque tem outros interesses dentro do Brasil. E a Cônsul aceitou. Inclusive, registre-se, que o Governo anunciou aos Diretores da Cônsul de dar o respaldo financeiro àquela empresa catarinense, mas até há dias, segundo estou informado, por pessoa digna de crédito, este apoio ainda não foi prestado e esta empresa e os catarinenses estão na agradável expectativa de que o Governo venha a auxiliar esta empresa catarinense, nacional. Em relação à Krupp, também sou daqueles que participa da idéia de que o Governo errou em dar incentivos, estímulos econômicos, financiamentos até excessivos, para uma multinacional que vem produzir, provavelmente, em 90% daquelas áreas onde já estão atuando empresas nacionais, que se registre: locais em que empresas nacionais estão disputando mercado interno acirradamente. Se fosse para a Krupp instalar, em Minas Gerais, uma nova empresa para produzir aquilo que nós não produzimos no Brasil nós concordaríamos. Mas não. Alguém dirá: "Mas quem deu o dinheiro foi o Governo de Minas". Mas o Sr. Aureliano Chaves é apenas o Embaixador do Presidente da República; foi designado para ser o Governador de Minas Gerais; deve estar, obrigatoriamente, sintonizado com a política econômica financeira do Governo, dentro dos interesses nacionais. Agora, uma última consideração, e aproveitando o que V. Ex<sup>a</sup> já abordou, assim como, o Senador Jarbas Passarinho, mas que é importante nós focalizarmos, porque será motivo de, pelo menos, uns dois pronunciamentos que farei brevemente aqui. O Governo anuncia a sua intenção de descentralização industrial no Brasil, mas não executa, não pratica. O CBI continua aprovando projetos, principalmente, para São Paulo. Nos últimos anos, não foi menos de 50% que São Paulo recebeu, depois o Rio de Janeiro, sendo que 90% das empresas que produzem bens de capital, estão no eixo Rio—São Paulo; agora estão indo para Minas. E o Nordeste? E o Sul, meu Estado de Santa Catarina? O Governo precisa cumprir o que está prometendo, o que diz o PND, de proceder a descentralização, de dizer, inclusive, que os projetos para São Paulo não serão mais para o ABC, serão lá para Presidente Prudente... para áreas distantes, descentralizar. Muito obrigado Senador.

**O SR. ORESTES QUÉRCIA** (São Paulo — MDB) — Campinas.

**O Sr. Jarbas Passarinho** (Pará — ARENA) — Ou Ourinhos.

**O Sr. Evelásio Vieira** (Santa Catarina — MDB) — ... para áreas distantes, para descentralizar. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>, Senador.

**O SR. ORESTES QUÉRCIA** (São Paulo) — Agradeço o aparte. Realmente, de acordo com todas as observações de V. Ex<sup>a</sup>, principalmente, quanto à última delas que quero rememorar, rapidamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Benjamim Farah) (Fazendo soar a campanha.) — Quero lembrar ao nobre orador que às 18 horas e 30 minutos teremos uma sessão conjunta do Congresso Nacional.

**O SR. ORESTES QUÉRCIA** (São Paulo — MDB) — Perdoo-me V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, mas eu gostaria de lembrar a V. Ex<sup>a</sup> que a sessão ordinária também termina às 18 horas e 30 minutos.

Mas, somente para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer ao nobre Senador Evelásio Vieira, a quem agradeço o aparte, que real

mente a descentralização deve ser efetivada. É muito mais fácil continuar a investir numa área onde já exista infra-estrutura, por ser muito mais barato, conforme salientou o nobre Senador Jarbas Passarinho, no que tange a Carajás. Mas, na realidade, o Governo deve, no investimento, gastar mais, se for preciso, para descentralizar a economia brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Benjamin Farah)** — Tem a palavra o nobre Senador Dirceu Cardoso. (Pausa.)

S. Ex<sup>a</sup> não está presente.

Lembro aos Srs. Senadores que o Congresso Nacional está convocado para uma sessão a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à apreciação do veto apostado ao Projeto de Lei nº 3, de 1975 — CN.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para a de amanhã a seguinte

## ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 376, de 1975, de autoria do Senhor Senador Vasconcelos Torres, solicitando a transcrição, nos anais do Senado Federal, do discurso do Excelentíssimo Senhor Chefe do Estado-Maior do Exército, General Fritz de Azevedo Manso, saudando, na ocasião da cerimônia de entrega das espadas, aos Generais-de-Brigada recentemente promovidos, e publicados no jornal *O Dia*, em 29 de agosto de 1975.

— 2 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 377, de 1975, de autoria do Senhor Senador Vasconcelos Torres, solicitando a transcrição, nos anais do Senado Federal, do discurso do excelentíssimo Senhor General Moacyr Pereira em agradecimento à saudação do Chefe do Estado-Maior do Exército, General Fritz Manso, na cerimônia de entrega de espadas realizada em Brasília, e publicado no jornal *O Dia*, em 29 de agosto de 1975.

— 3 —

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1975 (nº 13-B/75, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do acordo de cooperação técnica, firmado entre o Brasil e o Canadá, em Brasília, a 2 de abril de 1975, tendo

**PARECERES**; sob nºs 336-A e 337, de 1975, das Comissões:

— de **Relações Exteriores**, favorável, com a emenda que apresenta de nº 1-CRE; e

— de **Educação e Cultura**, favorável.

— 4 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1975, de autoria do Senhor Senador José Esteves, que acrescenta parágrafo ao artigo 37 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional de Trânsito), disciplinando a localização dos canos de escapamento dos caminhões e ônibus movidos a óleo diesel, tendo

**Pareceres**, sob nºs 309 e 310, de 1975, das Comissões:

— de **Constituição e Justiça**, favorável, com as emendas que apresenta, de nºs 1 e 2 — CCI;

— de **Transportes, Comunicações e Obras Públicas**, favorável ao projeto e às emendas da Comissão de Constituição e Justiça.

— 5 —

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 86, de 1975, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, que altera o artigo 463 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências, tendo

**PARECER**, sob nº 297, de 1975, da Comissão:

— de **Constituição e Justiça**, pela injuridicidade.

**O SR. PRESIDENTE (Benjamin Farah)** — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 25 minutos.)

**ORDEM DO DIA DO SR. COMANDANTE DA AMAN, GENERAL-DE-BRIGADA TULIO CHAGAS NOGUEIRA, LIDA DURANTE AS SOLENIDADES DE ENTREGA DO ESPADIM DA TURMA "MARECHAL EURICO GASPAR DUTRA", EM 23 DE AGOSTO DE 1975, QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO Nº 364, DE 1975, DE AUTORIA DO SR. SENADOR VASCONCELOS TORRES, APROVADO NA SESSÃO DE 9-9-75:**

Novéis Cadetes:

Recebeste o Sabre de Caxias, o próprio Símbolo da Honra Militar. A partir deste momento e, para todo o sempre, a vós estará confiada, física ou espiritualmente, a guarda desta mais sagrada reliquia do nosso Exército.

Há mais de quatro decênios, este mesmo espadim faz parte do uniforme que hoje envergais. É a miniatura da espada que foi o esteio do Império e que levou de vencida todos os que ousaram ameaçar a integridade do território nacional.

Durante a vossa permanência nesta Academia estareis cingindo de forma ostensiva este simbólico instrumento de guerra. Após o Aspirantado, ele se destinará a um novo cadete, mas não se desvinculará de vós ou de qualquer outro que uma vez o tenha portado. Será apresentado à veneração do povo brasileiro, quando um de seus antigos detentores ascender ao Panteão da Glória, inscrevendo o seu nome na galeria de heróis. No Museu Acadêmico já se encontram em posição de destaque os espadins de ex-irmãos de Armas que ofereceram a sua vida em holocausto à Pátria e dela mereceram o eterno reconhecimento.

Eis o significado desta cerimônia em que fostes sagrados cadetes. Esse, o quadro místico, basilar de toda a formação profissional que estais recebendo.

Constituíis a mais nova geração militar de nosso Exército e, no ritual denso de simbolismo que agora se desdobra, nós, os mais velhos, constatamos terdes incorporado ao vosso sentimento a mesma profissão de fé externada nos postulados que constituem os alicerces morais e o ideário cívico da carreira que abraçamos.

Acabastes de vos incorporar, de forma permanente, a uma corrente ininterrupta de brasileiros, impregnados de bravura e patriotismo que, desde Caxias — soldado erigido em símbolo modelar de guerreiro e cidadão — têm constituído a estrutura de um Exército coeso, cuja história se confunde com a gênese da nossa própria nacionalidade. Todos esses homens, por sua dedicação à Instituição e desprendimento, souberam projetar a profissão militar como uma dentre as mais honradas que um jovem pode eleger. Chamados a participar da vida político-administrativa brasileira, seus atos sempre se revestiram de imparcialidade e moderação, voltados para os superiores interesses nacionais.

Buscastes, no passado recente, o nome do insigne Marechal Eurico Gaspar Dutra, para a denominação de vossa Turma. Constitui, ele, um exemplo, como muitos outros, que esse passado, remoto ou próximo, e mesmo o presente, nos apontam. A harmonia dos códigos e princípios que fixou a si próprio e à administração que realizou, identificou-o com toda a Nação. Honrou a classe de onde se originou e dignificou a mais alta magistratura a que foi alçado.

Vede, pois, meus jovens cadetes, quão digna é a carreira que abraçastes e da qual, já, auspiciosamente, vencestes os primeiros obstáculos.

Longo é o caminho que ides percorrer. Durante todo o tempo sereis assistidos por dedicados professores e instrutores e estimu-

lados por vossos entes queridos. Se vos empenhardes com determinação, resistindo a qualquer desfalecimento, ireis colher os resultados de vossa dedicação e labor. Estais enfrentando um desafio. O sucesso está ao vosso alcance, basta serdes fortes. Que vossa trajetória seja contínua e brilhante. Felicidades!

**EDITORIAL "A ESTAGNAÇÃO DA AGRICULTURA NORDESTINA", PUBLICADO NO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO, DE 27 DE AGOSTO DE 1975, QUE SE PUBLICA NOS TERMOS DO REQUERIMENTO Nº 373, DE 1975, DE AUTORIA DO SR. SENADOR MAIRO BENEVIDES, APROVADO NA SESSÃO DE 9-9-75:**

#### **A estagnação da agricultura nordestina**

A SUDENE acaba de divulgar dados nada alentadores sobre o desempenho da economia nordestina no primeiro semestre deste ano, os quais revelam uma relativa estagnação no setor agropecuário, fraco crescimento no setor industrial e, em consequência, reduzida expansão do setor de serviços. É importante destacar que tais resultados não estão relacionados com os recentes fenômenos climáticos ocorridos na região, que provocaram a grande cheia do rio Capibaribe no Grande Recife e chuvas excessivas em Sergipe e Alagoas.

Segundo a própria SUDENE, o Produto Interno Bruto do Nordeste, em termos de previsão e com base nos dados do primeiro semestre, apresenta, este ano, indícios de crescimento da ordem de três por cento. Se se considera que à região, para expandir seu crescimento e atenuar os desníveis regionais, teria de manter níveis de incremento do PIB superiores aos do País como um todo, verifica-se que o atual estágio da economia nordestina não oferece perspectivas otimistas. Apesar do fraco desempenho da indústria e dos serviços, causam maior preocupação os resultados exibidos pela agricultura, por seu papel dentro do contexto regional e por dela depender grande parte da população. De acordo com os dados da SUDENE, a produção agrícola da região no primeiro semestre deste ano foi proporcionalmente inferior à do ano passado, acusando decréscimo da ordem de um por cento. Os principais produtos afetados, de acordo com a citada autarquia, seriam a mandioca, a cebola, a cana-de-açúcar e o feijão (este teria registrado um decréscimo de cerca de 25 por cento).

Este fato evidencia a situação secundária a que foi relegada durante todos estes anos a agricultura nos planos de desenvolvimento da região, a qual permanece atada a uma estrutura arcaica, de baixa produtividade e consequentemente baixos salários — quando há salários — e por uma mentalidade involutiva por parte dos produtores rurais. Apesar de alguns progressos recentemente introduzidos, pode-se afirmar, sem receio de exagero, que a SUDENE malogrou completamente na condução dos problemas agropecuários, justamente pela obsessiva orientação industrializante de seus técnicos. Por diversas vezes criticamos esse tipo de orientação da SUDENE, não por considerar que o Nordeste não deve caminhar para a industrialização, mas por acreditar que esta deva ser a consequência de uma economia agropecuária moderna e fortalecida, aliada à exploração dos recursos naturais da região.

Não obstante os alertas, a SUDENE, muitas vezes gerida por pessoas completamente alheias aos problemas regionais, insistiu no processo de industrialização e os resultados aí estão: fábricas modernas, com elevado grau de automatização e que empregam reduzida mão-de-obra, muitas das quais superdimensionadas, chegam mesmo a sentir dificuldades na colocação de seus produtos. Ao lado disso, o atraso crônico da agropecuária contribui para alimentar permanentemente o êxodo rural, agravando ainda mais o problema urbano e alimentando crescentes contingentes de desempregados. Há poucos dias, o economista inglês David Goodman, integrante do IPEA, advertiu quanto ao perigo que esta situação representa para o desenvolvimento do Nordeste e quanto aos custos

dela decorrentes. E afirmava: "Ocorrendo limitada absorção de mão-de-obra na indústria manufatureira e nos serviços modernos, o excesso de mão-de-obra filtra-se para ocupações de baixa produtividade (subemprego) e oportunidades casuais de emprego".

A solução dos problemas agrários no Nordeste parece constituir um enigma insolúvel para os técnicos governamentais. Além da SUDENE, registra-se ainda a tentativa fracassada do PROTERRA, que em quatro anos de existência não produziu um mínimo de resultados desejáveis e que hoje não passa de mais uma sigla de projeto-impacto.

Outra sigla veio juntar-se às existentes: o POLONORDESTE, também de desempenho duvidoso até o presente. Como reconhece o próprio governo, o Nordeste rural constitui-se hoje no maior e mais resistente bolsão de pobreza e atraso relativo do País, habitado por uma população de 17 milhões de habitantes. Esta massa de gente, dado o seu completo despreparo para enfrentar a vida nas grandes cidades, tem no desenvolvimento da agropecuária a única perspectiva de melhoria de seu status. Com o malogro da experiência de industrialização, em termos sociais, é hora de o governo federal canalizar prioritariamente para o setor primário os recursos que destina à região, num processo de ocupação intensiva de mão-de-obra e utilização extensiva da terra. Para tanto, é necessário submeter a uma completa reformulação os planos da SUDENE e convencer as lideranças regionais de que somente com o fortalecimento do setor primário é que o Nordeste romperá a barreira do subdesenvolvimento.

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MARCOS FREIRE NA SESSÃO DE 5-9-75 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE:**

**O SR. MARCOS FREIRE (Pernambuco — MDB) (Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:**

Como Deputado Federal, na legislatura passada, levantamos a voz, reiteradas vezes, em defesa da SUDENE. Apontávamos-lhe desvios e defeitos e reconhecíamos-lhe méritos e aspectos positivos.

Louvamos, não raro, investimentos industriais havidos; as grandes realizações no campo da infra-estrutura econômica e no conhecimento e uso dos recursos naturais da Região; o crescimento da economia do Nordeste que, em dada época, foi maior que o da própria economia do País como um todo.

Criticávamos, igualmente, as distorções do processo de desenvolvimento que nos era oferecido. Investimentos que nem sempre se deram nos setores estratégicos para o desenvolvimento. O beneficiamento dos grandes grupos econômicos, em especial grupos internacionais, em prejuízo dos empresários da Região, com o alijamento, sobretudo, dos pequenos e médios industriais — deslocando-se, assim, cada vez mais, o nosso poder de decisão econômica. A aprovação de projetos nem sempre levando em conta os recursos naturais de que somos bem dotados. A intermediação desbragada na obtenção de recursos do 34/18, a encarecer o custo dos empreendimentos. A reestruturação da economia agrária que, anunciada sucessivas vezes, até hoje não foi efetivada. Os projetos de colonização incapazes. Os de irrigação, irrealizados.

Protestamos, seguidamente, contra o desprestígio votado à nossa agência desenvolvimentista. A desconfiança e até a hostilidade com que vinha sendo tratada. A negativa dos instrumentos, de que necessitava, à execução de sua política reformista.

Clamamos contra o corte nos recursos previstos em seus planos diretores. A queda de sua participação na Receita da União. A sua participação, cada vez menor, nos investimentos públicos do Nordeste, diminuindo, consequentemente, seu poder de coordenação. A alteração do mecanismo de incentivos fiscais cada vez lhe dando menos participação percentual nos recursos do 34/18.

Já em 1971, em discurso que pronunciávamos na Câmara dos Deputados, a 5 de maio, apresentávamos quadros comprovadores dessa situação. (Ver, em anexo, os Quadros nºs 1, 2, 3 e 4.)

O desencanto foi-se tornando tão grande e tão generalizado, que o corpo técnico da SUDENE terminou desfalcado de grandes elementos, saídos em busca de outros mercados de trabalho mais estimulantes.

Hoje, há quem diga que a SUDENE é, sobretudo e quase tão-somente, um órgão aprovador de projetos. Já não é, de fato, aquela agência de desenvolvimento regional, à qual cabia definir a sua política de desenvolvimento e o planejamento global da economia do Nordeste, bem como a coordenação dos seus investimentos públicos, notadamente em relação à aplicação dos recursos federais nas obras de infra-estrutura. Seus planos diretores, em grande parte descumpridos, terminaram até por deixar de existir.

O fato é que, aos 16 anos de sua existência, aumenta o desequilíbrio regional entre o Nordeste e o Brasil como um todo, em especial o Sudeste do País. Com efeito, após 1968 — época dos desvios do 34/18 para outras áreas de atividade, ocasionando as renúncias do General Afonso Augusto de Albuquerque Lima, do Ministério do Interior, e do General Euler Bentes Monteiro, da Superintendência da SUDENE — as taxas de crescimento do PIB no Nordeste vêm sendo inferiores às do Brasil, acentuando as disparidades dos níveis de desenvolvimento. (Quadro nº 5 e Gráfico nº 1, em anexo.)

A participação da renda *per capita* do Nordeste vem declinando, igualmente, em relação à do País, como um todo. (Quadro nº 6 e Gráfico nº 2, em anexo.)

Declinou, também, substancialmente, a participação do Nordeste no total de investimentos realizados no Brasil. (Quadro nº 7 e Gráfico nº 4, em anexo.)

Assinale-se, da mesma forma, que a participação da produção industrial do Nordeste vem declinando em relação à produção industrial do Brasil, o que demonstra que o desvio de recursos dos incentivos fiscais para reflorestamento, pesca, turismo — depois PIN e PROTERRA — repercutiria negativamente no processo de industrialização regional. (Quadro nº 8 e Gráfico nº 5, em anexo.)

De igual modo, a participação da produção agrícola do Nordeste no total da produção agrícola nacional — que vinha aumentando até 1968 — vem decrescendo, nos anos recentes. (Quadro nº 9 e Gráfico nº 6, em anexo.)

Os novos programas surgidos — PROTERRA, PROVALE, POLONORDESTE, etc — foram, de certa forma, deixando para trás a outrora poderosa SUDENE.

Houve, é certo, crescimento econômico, acúmulo crescente de capital, enriquecimento de empresários, mas a espinha dorsal de nossa política desenvolvimentista não foi atingida — que seria, sobretudo, a superação do desequilíbrio existente entre o Nordeste e o Sul do País, enfrentando-se, *pari passu*, o problema do desemprego regional. Este, por sinal, continua a grassar, entre nós, e até mesmo a se agravar. Ainda em 8 de abril último, informava-nos *Atualidade Econômica de O Estado de S. Paulo*:

“Recente estudo da SUDENE chegou à conclusão que de 1968 a 1972 não houve qualquer crescimento da oferta de emprego na área industrial nos Estados nordestinos. No total da mão-de-obra economicamente ativa, a participação do setor primário (agricultura e pesca) passou de 57,7 para 57,0%; do setor secundário (indústria) de 14,0% para 12,7%.”

O fato é que, em termos de distribuição social, a riqueza produzida não terá chegado ao povo que, em verdade, continua em péssimas condições de vida.

Aliás, a exemplo do modelo nacional, a nossa política desenvolvimentista levou-nos, também, a uma crescente concentração de renda. (Quadro nº 10, em anexo.)

Aqui temos *O Estado de S. Paulo* de 18 de abril, cujas manchetes refletem bem a atual situação: “Nordeste: houve repetição de velhas promessas; agora só resta recuperar o tempo perdido”.

Poderia parecer que se tratava, talvez, de um conclave de oposição a analisar os resultados práticos da política desenvolvimentista

do Nordeste. Não, Essas notícias trazem o testemunho e afirmativas de autoridades oficiais. Eis, por exemplo, um tópico que diz:

“De maneira velada, o Ministro do Interior Rangel Reis, e o Secretário de Planejamento, Ministro Reis Velloso, criticaram toda a política desenvolvimentista para o Nordeste que vinha sendo executada pelo Governo anterior, sem admitir, contudo, que seriam feitas modificações radicais nos programas anteriores iniciados.”

E, numa outra parte, encontramos:

“Devemos recuperar o tempo perdido” — afirmou o Ministro Rangel Reis, ao abrir a reunião. O Ministro Reis Velloso, o último orador não foi muito além da repetição de velhas teses e de cansadas promessas. “O Nordeste — disse Velloso — continua sendo o maior bolsão da pobreza do País e continua no primeiro plano de preocupação do Governo Federal”.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Senadores, temos a impressão generalizada de que, realmente, os frutos colhidos não são os desejados nem previstos.

**O Sr. Ruy Carneiro** (Paraíba — MDB) — V. Exª dá licença para um aparte?

**O SR. MARCOS FREIRE** (Pernambuco — MDB) — Tão logo façamos referência a documento que temos em mãos.

**O Sr. Ruy Carneiro** (Paraíba — MDB) — Pois não.

**O SR. MARCOS FREIRE** (Pernambuco — MDB) — Sr. Presidente, este documento, que é oficial, não pode ser considerado, como talvez o noticiário da imprensa, como não traduzindo, em toda a sua justeza, o pensamento oficial. Trata-se de documento da própria SUDENE, do segundo semestre deste ano, intitulado: “Síntese da Análise Preliminar do Desempenho da Economia Regional no Primeiro Semestre de 1975”, que, entre outras coisas, afirma:

“Conforme informamos aos Srs. Conselheiros na reunião de junho, a Secretaria-Executiva, em cumprimento à resolução do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), está elaborando um relatório de acompanhamento dos programas do Nordeste, incluídos no II PND, bem como a análise do desempenho da economia regional no primeiro semestre do ano em curso.

A conclusão mais geral dos estudos realizados indica que a economia nordestina teria registrado pouco dinamismo no primeiro semestre, em consequência de uma relativa estagnação no setor agrícola e de um lento crescimento no setor industrial.”

A seguir, oferece alguns dados objetivos.

A agricultura, com base na primeira previsão de safras elaborada pelo CEPAGRO, apresentou um nível de produção cerca de 1% inferior aos observados em 1974.

O setor industrial expandiu-se a uma taxa em torno de cinco por cento. Por outro lado, estima-se que o setor de serviços cresceu em torno de quatro por cento, enquanto o PIB do Nordeste apresentou uma tendência de crescimento na ordem de três por cento.

Já aí, veríamos que a situação é muito difícil, porque não apenas o desequilíbrio existe entre o Nordeste e o Sul, entre o Norte e o Sul, entre o Norte e o Nordeste em relação ao País como um todo, mas, sobretudo, porque esse desequilíbrio vem se agravando. Para diminuir o desequilíbrio teríamos que estar crescendo em percentual mais alto do que o do próprio Brasil, e pelos resultados deste primeiro semestre, sem dúvida alguma, comprovam-se resultados insatisfatórios.

**O Sr. Ruy Santos** (Bahia — ARENA) — Permite V. Exª um aparte?

**O SR. MARCOS FREIRE** (Pernambuco — MDB) — Que esta conclusão não seja apenas do Senador Marcos Freire, nem nossa, do MDB, nem sequer do Senado Federal; na verdade é do próprio órgão desenvolvimentista, como aqui está:

*“Esses resultados, se comparados com as metas de crescimento firmadas para a Região nos próximos anos, podem ser considerados insatisfatórios.”*

Portanto, é a própria Secretaria-Executiva da SUDENE que o reconhece.

Com satisfação, damos o aparte inicialmente solicitado pelo ilustre Senador Ruy Carneiro.

**O Sr. Ruy Carneiro** (Paraíba — MDB) — Senador Marcos Freire, V. Ex<sup>a</sup> representa, aqui, Pernambuco, em cuja Capital está localizada a esperança do desenvolvimento do Nordeste, que é precisamente a SUDENE. Quando o grande Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira criou aquele órgão, dirigindo-se à Bancada da Paraíba, disse ele, na oportunidade, que havia chegado o momento de o Nordeste ser desenvolvido, para que aquela terra deixasse de ser o centro do sofrimento e da pobreza e passasse a ter uma posição de igualdade com os outros centros, como por exemplo, o Centro-Sul do País. Dessa tribuna, durante todo o curso do nosso mandato, com a humildade e a falta de brilho com que sempre ocupo a tribuna...

**O SR. MARCOS FREIRE** (Pernambuco — MDB) — Não apoiado!

**O Sr. Ruy Carneiro** (Paraíba — MDB) — ...nunca deixei de focalizar tudo que dissesse respeito à SUDENE. E assim procedo porque a SUDENE não poderá, absolutamente, fracassar. Não se trata da Bancada do MDB e nem da Bancada da ARENA; são os nordestinos que devem se bater para que a SUDENE não fracasse. Desse modo, na oportunidade em que V. Ex<sup>a</sup>, nesta tarde, faz este discurso tão oportuno e brilhante, não posso deixar de dizer que estou com minha alma confrangida, mas que não estou esmorecido e vou lutar junto com V. Ex<sup>a</sup> e com todos aqueles que pensam desta maneira, no sentido de que a SUDENE continue a ser a grande esperança do Nordeste. V. Ex<sup>a</sup> citou o atual Superintendente da SUDENE, o ilustre Engenheiro Dr. José Lins Albuquerque, que para lá levou, naturalmente, toda sua grande capacidade de notável administrador, já demonstrada quando exerceu o cargo de Diretor do DNOCS. Citou, também, V. Ex<sup>a</sup>, a antiga direção do General Euler Bentes Monteiro. Cabe-me dizer a V. Ex<sup>a</sup> da minha alegria quando esteve ele à frente da SUDENE, não por ser o General Euler Bentes Monteiro, mas porque o considero como um dos homens mais preparados dentre as grandes figuras do nosso Exército. Profundo conhecedor dos problemas do Nordeste, queria que a SUDENE atingisse os seus objetivos, e se Deus nos ajudar ela os atingirá. Finalizando meu aparte, nobre Senador Marcos Freire, quero ainda dizer que acredito, fielmente, que o atual Chefe da Nação, o Eminentíssimo Presidente Ernesto Geisel, não abandonará o Nordeste, e daí estar convicto de que dará todo seu apoio à SUDENE, que não poderá fracassar.

**O SR. MARCOS FREIRE** (Pernambuco — MDB) — Agradecemos o aparte do ilustre Senador Ruy Carneiro, e concordamos inteiramente com S. Ex<sup>a</sup> em que este assunto escapa, realmente, às fronteiras partidárias. Não é nem poderia ser privativo do MDB, como não é privativo sequer da classe política. A classe política representa os interesses coletivos e os Anais, tanto do Senado como da Câmara dos Deputados, aí estão para comprovar que se há um terreno comum a todos nós é o que diz respeito ao desenvolvimento regional e, conseqüentemente, à superação das desigualdades existentes entre Norte, Nordeste e Sul do País.

Não teríamos nenhum constrangimento de lembrar aqui, inclusive, aquele trabalho elaborado pelo Partido governista, em 1971, intitulado COCENE, que traz grandes subsídios no que diz respeito à análise da problemática nordestina.

**O Sr. Ruy Santos** (Bahia — ARENA) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MARCOS FREIRE** (Pernambuco — MDB) — Concor damos, ainda, no que diz respeito ao significado que teve para a SUDENE a administração do General Euler Bentes Monteiro que, realmente, marcou época à frente daquele organismo regional mas que, infelizmente, dele teve que se afastar por não concordar, exatamente, com as novas diretrizes governamentais que, sem dúvida alguma — e os resultados de hoje o comprovam — seriam nocivas aos interesses do Nordeste.

Com grande satisfação, ouço o aparte do eminente Senador Ruy Santos.

**O Sr. Ruy Santos** (Bahia — ARENA) — Lamento não poder deixar-me contaminar pelo discreto pessimismo de V. Ex<sup>a</sup> quanto ao que se tem feito no Nordeste, e o que pode ser feito. Estou de acordo com V. Ex<sup>a</sup> de que não estamos num mar de rosas. Somos ainda região pobre, paupérrima. O desnível regional a que V. Ex<sup>a</sup> se referiu, para ser obtido, só seria possível se conseguíssemos deter o crescimento do Sul, o crescimento de São Paulo, o que não seria patriótico. E se crescêssemos — mesmo que em taxas mais elevadas que as atuais —, só tardiamente lograríamos o nivelamento tão desejado. Mas muito tem sido feito. O meu depoimento de baiano é que a Bahia tem melhorado. O problema do Nordeste, como o problema do Norte, é muito complexo, como V. Ex<sup>a</sup> sabe. Nem somos mais uma região; somos várias regiões. Mesmo no seu admirável Pernambuco há como que dois ou três Nordestes, encravados. Mas, um passo foi dado, e outros o serão. V. Ex<sup>a</sup> não fez referência a esse passo dado como, por exemplo, o do Fundo dos Incentivos. Um dos males, no meu entender, do desenvolvimento do Nordeste é que a aplicação desses incentivos ficava à mercê dos depositantes ou de quem sofreu a redução do Imposto de Renda para essa finalidade. Logo, o que se dava? Quem se poupava de pagar o Imposto de Renda ficava com o direito de dizer em que queria o investimento. Agora com essa medida criada, chamada pelos nordestinos de “Fundão”...

**O SR. MARCOS FREIRE** (Pernambuco — MDB) — É o FINOR.

**O Sr. Ruy Santos** (Bahia — ARENA) — É o FINOR, mas chamam-no popularmente, no Nordeste, “O Fundão”. Com esse “Fundão”, muito pode ser feito. Não acredito que seja para a minha geração, pois estou em fim de safra, mas para a geração de V. Ex<sup>a</sup>, que é moço; esse nivelamento não é para a nossa geração. Acredito que, pouco a pouco, iremos melhorando as condições do Nordeste. Enquanto o Sul também cresce, iremos crescendo numa busca para, em alguns anos, que não são poucos, chegarmos a esse nivelamento tão ambicionado. O que quero dizer, como baiano, é que não privo do pessimismo de V. Ex<sup>a</sup> porque a Bahia tem-se desenvolvido e melhorado, dentro das próprias diretrizes da SUDENE.

**O SR. MARCOS FREIRE** (Pernambuco — MDB) — Registramos o aparte do ilustre Senador Ruy Santos. Acontece que S. Ex<sup>a</sup> se equivoca ao julgar que estamos imbuídos de pessimismo em relação ao Nordeste.

Na verdade, cremos no Nordeste, como também no Brasil, e tanto cremos que aqui estamos para lutar por um Brasil melhor e para, como representante da nossa região — como Deputado ou como Senador do Nordeste — usar das armas que temos, que são, substancialmente as tribunas legislativas: ontem na Câmara; hoje, no Senado, para, através de análises objetivas, sem passionalismo, procurar trazer contribuição efetiva à nossa política desenvolvimentista.

**O Sr. Ruy Santos** (Bahia — ARENA) — E essa crença nossa há de ser a alavanca mais forte para o impulsionamento do Nordeste.

**O SR. MARCOS FREIRE** (Pernambuco — MDB) — Concor damos com V. Ex<sup>a</sup> Talvez lhe tenham passado despercebidas, Senador Ruy Santos, as nossas palavras iniciais. V. Ex<sup>a</sup> em aparte que



muito nos honrou, diz que muito foi feito e muito pode ser feito, mas que nós não teríamos reconhecido esse fato; porém, os primeiros parágrafos do nosso pronunciamento se referem a aspectos positivos, embora também ressaltando aspectos negativos desse desenvolvimento regional.

Discordamos frontalmente de V. Ex<sup>a</sup>, entretanto, quando julga que o nívelamento desejado por todos nós só poderia ser obtido se detivéssemos o crescimento do Brasil ou do Sul, o que seria uma injustiça. Ai, Excelência, permita-nos defender outra posição: poderíamos começar a diminuir o fosso se conseguíssemos apresentar um desenvolvimento maior do que o registrado em termos nacionais, sem deter essa marcha de progresso do Brasil.

Não se diga que isso é utópico porque, entre os gráficos e quadros já referidos por nós, temos um, por exemplo, que mostra que enquanto o Brasil cresceu, entre 66 e 68, a uma taxa de PIB de 6,4%, o Nordeste cresceu a 8,13%.

**O Sr. Ruy Santos** (Bahia — ARENA) — Mas isto nada representa ante o vulto de um lado e o do outro.

**O SR. MARCOS FREIRE** (Pernambuco — MDB) — Tem o seu significado. . .

**O Sr. Ruy Santos** (Bahia — ARENA) — Tem, eu sei.

**O SR. MARCOS FREIRE** (Pernambuco — MDB) — ... porque implicava na superação desse fosso, se conseguíssemos manter o crescimento nesse ritmo superior — coisa que, infelizmente, no triênio seguinte, 70 a 72, não ocorreu porque a média desse triênio foi de 10,2%, para o Brasil, enquanto que a do Nordeste não apenas deixou de acompanhar esse crescimento como decresceu de 8,13% para 6,42%,...

**O Sr. Dinarte Mariz** (Rio Grande do Norte — ARENA) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MARCOS FREIRE** (Pernambuco — MDB) —... consequência, inclusive, dos desvios dos recursos do 34/18, que levaram ao afastamento dos então responsáveis pelo Ministério do Interior e pela SUDENE, conforme assinalamos anteriormente. Em trabalho no Banco do Nordeste, por exemplo — que não temos em mãos, mas constante de pronunciamento que fizemos anteriormente, na Câmara dos Deputados — mostrava o então Diretor do BNB, economista Rubem Costa, ser necessário — para que conseguíssemos 15% de crescimento no setor industrial e atingíssemos um PIB de, pelo menos, 10% para o Nordeste — que daqueles recursos do 34/18 dispuséssemos de seis bilhões de cruzeiros e, no entanto, com os desvios havidos, a perspectiva para igual período de tempo era apenas de três bilhões.

Portanto, houve, sem dúvida alguma, nas novas diretrizes governamentais, a partir de 1968, consequências danosas no que dizia respeito aos objetivos, às metas a que se propunha a SUDENE.

**O Sr. Ruy Santos** (Bahia — ARENA) — Não quero deixar esta parte do discurso de V. Ex<sup>a</sup> sem declarar que também sou contra o desvio que houve do 34/18 para outras finalidades.

**O SR. MARCOS FREIRE** (Pernambuco — MDB) — Com muita alegria, ouvimos o novo aparte de V. Ex<sup>a</sup> evidenciando que, na defesa dos interesses regionais, todos nós aqui nos identificamos.

**O Sr. Itamar Franco** (Minas Gerais — MDB) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MARCOS FREIRE** (Pernambuco — MDB) — Damos o aparte, com grande satisfação, ao Senador Itamar Franco.

**O Sr. Itamar Franco** (Minas Gerais — MDB) — Muito obrigado. Desculpe a interrupção do representante de Minas Gerais neste belo pronunciamento que V. Ex<sup>a</sup> faz nesta tarde.

**O SR. MARCOS FREIRE** (Pernambuco — MDB) — O Estado de V. Ex<sup>a</sup> também é Nordeste. (Risos.) Pelo menos, parcialmente.

**O Sr. Itamar Franco** (Minas Gerais — MDB) — É verdade. Lamentamos apenas que não seja todo ele Nordeste; apenas uma parte. Mas de qualquer forma o meu Estado também apresenta desníveis em seu desenvolvimento, como a própria região a que pertença, a Região da Mata, e o Vale empobrecido do Jequitinhonha. Queria apenas acrescentar à fala bem fundamentada de V. Ex<sup>a</sup> sobre os desníveis regionais — e já tive oportunidade de focalizar, aqui, quando tratei da revogação da Lei Complementar nº 24 — dados importantíssimos: a concentração de rendas, por exemplo, do total do País. Só a região Sudeste, 64,5%. Se somarmos a região Sudeste com o Sul, a concentração total de renda no País vai a 82%. Se V. Ex<sup>a</sup> for analisar, e por certo o fará ainda, a renda *per capita* do Nordeste e do Norte; — está na faixa de 812 e a outra deste na faixa de 670, contra 2.510 da região Sudeste — verá que o pronunciamento que faz, nesta tarde, é por demais oportuno quando mais uma vez chama a atenção do Governo Federal para os desníveis regionais deste País. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. MARCOS FREIRE** (Pernambuco — MDB) — Julgo que o aparte de V. Ex<sup>a</sup> vem enriquecer o nosso pronunciamento, por sabermos que V. Ex<sup>a</sup> é um estudioso dos problemas referentes a desequilíbrios regionais. Em face mesmo, de pronunciamentos aqui feitos, é que tivemos a honra de, inclusive, avisá-lo de que faríamos um discurso, nesta tarde, sobre essa temática.

Temos aqui, realmente, uma série de dados que comprovam essa situação de gritante disparidade entre regiões de um mesmo País, sobretudo levando em consideração que o Nordeste ocupa cerca de 20% do território nacional e abriga 30% da população brasileira. É, portanto, como que um país dentro de outro país, levando-se em consideração a sua área territorial, a sua população e o estado de subdesenvolvimento em que se encontra — que, no dizer mesmo do Ministro anteriormente citado, constitui o maior bolsão de pobreza e de miséria.

**O Sr. Dinarte Mariz** (Rio Grande do Norte — ARENA) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MARCOS FREIRE** (Pernambuco — MDB) — Concedemos o aparte ao Senador Dinarte Mariz.

**O Sr. Dinarte Mariz** (Rio Grande do Norte — ARENA) — Quero iniciar o meu aparte congratulando-me com V. Ex<sup>a</sup> por trazer, hoje, à tribuna desta Casa, assunto de suma importância para o País, sobretudo para a nossa Região nordestina. Talvez, desviando-se um pouco daqueles outros debates que, a meu ver, tinham menos produtividade para nós, classe política, e para o futuro do nosso País. Inteiramente solidário com V. Ex<sup>a</sup> quando analisa o problema nordestino, que é um problema que interessa a todo o Brasil. Mas, devo corrigir — permita-me V. Ex<sup>a</sup> — duas infomações de V. Ex<sup>a</sup>, naturalmente não ainda bem a par do assunto: o intermediário do 34/18 foi efetivamente suprimido das transações, porquanto o Presidente Ernesto Geisel, criando o Fundo obrigatório para recolher os recursos destinados ao Nordeste, no Banco do Nordeste, já — tenho a impressão — corrigiu, em parte, esta falta que, realmente, era alarmante para a economia nordestina. Eram os 30, 40% cobrados, a meu ver, desonestamente — tive oportunidade de dizer isto aqui e em documento que entreguei ao Senhor Presidente da República, antes mesmo que Sua Excelência tomasse posse. V. Ex<sup>a</sup> sabe que nosso problema vem desafiando séculos. Em 1906, uma grande figura, o nobre Deputado Eloy de Souza, então representante do Rio Grande do Norte, apresentava projeto criando a "Caixa das Secas", que significava recurso para que se iniciasse a irrigação do Nordeste, assunto que ainda hoje está sendo discutido. É realmente um problema que passa de geração a geração, estamos herdando dos nossos antepassados. Tenho confiança em que, um dia, não para a minha geração, pois não sou tão otimista quanto o nobre Senador Ruy Santos, nem para a geração de V. Ex<sup>a</sup>, mas tenho confiança em que as futuras gerações terão a alegria e o conforto de ver realizada a libertação econômica nordestina. Porém, devo dizer — já que V

Ex<sup>a</sup> está analisando com toda propriedade os erros e reclamando com tanta competência, também, os desvios de recursos que nos deviam caber — V. Ex<sup>a</sup> há de convir que, quando se analisa, quando se procura corrigir, tem-se que oferecer ao Governo alguma coisa, algum recurso que signifique a correção dos males que ainda estamos combatendo. Temos a impressão de que, no decorrer do seu discurso, V. Ex<sup>a</sup> vai chegar a esse ponto. Fui um dos fundadores, um dos criadores da SUDENE; naquela época, quando se criou o órgão, foi ele entregue, logo em seguida, a um dos homens do Nordeste, tecnicamente dos mais capazes. A SUDENE, entretanto, foi infeliz na solução do problema da Região. Devemos reconhecer, também, que a política revolucionária não está acertando em relação à solução dos problemas do Nordeste. Devemos ter a coragem de dizê-lo, até porque é a maneira de colaborar com o Governo; não só mostrar que a política não está certa, mas, sobretudo, apresentar sugestões para corrigi-la. V. Ex<sup>a</sup> sabe que por iniciativa minha criou-se, nesta Casa, uma Comissão — que V. Ex<sup>a</sup> já citou — para estudar e procurar, realmente, indicar os caminhos para o desenvolvimento da região. Fui minoritário nesta Comissão, apesar de ter sido seu presidente e seu idealizador, porque continuo sustentando que nós só poderemos ter recursos e melhorar a situação do Nordeste em meio século, discriminando — numa expressão simplista: tirando de quem tem para dar a quem não tem. É irmos ao orçamento da União, criar o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, dentro do orçamento, tirando do Imposto de Renda, porque, aí, estaremos realmente tirando daqueles que têm maiores recursos, para dar à região mais empobrecida. Com isso, poderemos, realmente, em meio século, conseguir a salvação do Nordeste. Fora daí, nobre Senador Marcos Freire, estaremos toda a vida discutindo problemas. Há poucos dias, falando aqui nesta Casa, quando esteve presente o eminente Senhor Presidente da República, sentei-me vizinho ao Ministro Reis Velloso. Perguntei como S. Ex<sup>a</sup> explicava convocar os industriais do Centro-Sul do País, para discutir os recursos em benefício do Nordeste, e qual era a interferência que tinha o industrial sulista em relação ao desenvolvimento do Nordeste. Então, S. Ex<sup>a</sup> me respondeu que as coisas teriam que ser levadas devagar. Mas não é possível caminharmos devagar, enquanto a fome, no Nordeste, caminha violentamente. Portanto, temos que, pelo menos, amenizar a situação e dar esperança ao povo, confiança, para que todos se sintam capazes de trabalhar em benefício da região e ver o Nordeste, amanhã, levantar-se, progredir, desenvolver-se com os nossos próprios braços, porque não creio que algum Estado da União vá procurar enriquecer outro Estado empobrecido. O que precisamos é realmente fazer a discriminação, tirar os recursos da região Centro-Sul do País, orçamentariamente, para empregar no desenvolvimento do Nordeste, que todos nós desejamos. A SUDENE está, realmente, afastada da sua função precípua, que é estudar os problemas do Nordeste e orientar-lhe o desenvolvimento. Ela tornou-se o quê? O que V. Ex<sup>a</sup>, há pouco, dessa tribuna, já reclamava: uma mera repartição de estudos de projetos que lhes chegam às mãos. Conseqüentemente, devemos dar à SUDENE aquela missão para a qual ela foi criada. Temos, no Nordeste, três fatores para o desenvolvimento da região: o primeiro, naturalmente, sem o qual não haveria os outros dois, a energia de Paulo Afonso, o segundo, o Banco do Nordeste, a parte financeira e o terceiro, a parte técnica, que está criada, na SUDENE. Portanto, temos o tripé que arma, exatamente, aquelas bases com que podemos contar, futuramente, para o desenvolvimento de nossa região. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que o 34/18, como está, a meu ver, é um crime para a nossa economia. Pergunto eu: por que um industrial do Centro-Sul do País deixa de pagar o imposto de renda, o dinheiro que já é do povo, da Nação, para empregar em seu próprio benefício? Isso significa o seu maior enriquecimento e, em relação ao Nordeste, a maior escravização de uma região sobre a outra, em nosso País.

**O SR. MARCOS FREIRE** (Pernambuco—MDB) — E ocorre que nem sempre é o empresário do Sul. Não raro, é a própria empre-

sa estrangeira que vem se locupletar dessa poupança popular. Isso é o que é mais grave ainda.

**O Sr. Dinarte Mariz** (Rio Grande do Norte—ARENA) — Sem dúvida nenhuma. Entreguei ao Senhor Presidente da República, antes que ele tomasse posse, um memorial em que, dentro das minhas limitações e com a pressa que tive na redação, fiz chegar às mãos de Sua Excelência um estudo sobre a situação do Nordeste, onde eu comentava e indicava, no meu ponto de vista, os caminhos que podíamos abrir, para o desenvolvimento mais seguro da nossa região, a fim de que, dentro de meio século, possamos viver efetivamente como irmãos, e não numa Pátria dividida em poderosos e empobrecidos. Esta sempre foi a minha opinião e V. Ex<sup>a</sup> sabe que, há muitos anos, venho-me batendo e condenando essa política que estamos desenvolvendo.

**O SR. MARCOS FREIRE** (Pernambuco—MDB) — V. Excelência, ...

**O Sr. Dinarte Mariz** (Rio Grande do Norte—ARENA) — Permita V. Ex<sup>a</sup> que eu conclua o meu aparte. Não é um discurso paralelo, mas um dever que tenho de manifestar, perante V. Ex<sup>a</sup> e esta Casa, as idéias pelas quais venho, realmente, há tantos anos lutando, em defesa da Região Nordestina. Antes de terminar o aparte, quero também fazer um reparo ao discurso de V. Ex<sup>a</sup>, quando afirma que o General Euler Bentes Monteiro deixou a SUDENE por divergências administrativas. Na realidade, isto ocorreu, segundo o meu conhecimento, porque ele completava dois anos fora do Exército e não queria deixar a carreira militar. Em síntese, eram essas as observações que eu queria fazer: criar o fundo orçamentário para o desenvolvimento do Nordeste e acabar com o 34/18, a meu ver, significam a salvação da nossa região.

**O SR. MARCOS FREIRE** (Pernambuco—MDB) — As palavras do Senador Dinarte Mariz mostram, em grande parte, o pensamento, talvez, realmente unânime, da Bancada nordestina em relação à política desenvolvimentista, quando se constata que os seus frutos estão muito aquém do desejado.

**O Sr. Alexandre Costa** (Maranhão—ARENA) — Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte, quando for possível?

**O SR. MARCOS FREIRE** (Pernambuco—MDB) — Com muito prazer; apenas concluiremos nosso raciocínio.

Um reparo inicial do ilustre Senador pelo Estado do Rio Grande do Norte, no que se refere ao esclarecimento da criação do FINOR, evidentemente que não se aplica ao nosso pronunciamento, desde que a referência do início do nosso discurso, quanto à intermediação desbragada que dificultava e, muitas vezes, até impossibilitava a captação dos recursos 34/18, era um retrospectivo de críticas que haviam sido feitas, durante o nosso mandato de Deputado Federal. Na verdade, o FINOR foi uma criação aguardada por muito tempo, porque o Governo anunciou esse fundo durante meses e talvez anos, e por isso ele suscitou muitas críticas. Ainda hoje, por sinal, existem controvérsias a respeito até mesmo do seu mecanismo de funcionamento. O signo desse Fundo seria a lentidão: antes, sua institucionalização, anunciada anos sem fim; agora, o seu detalhamento para sua efetivação em larga escala. O fato, no entanto, é que, em princípio, o FINOR surgiu para superar aquela anomalia de escritórios intermediários ficarem com a grande parte dos recursos capitais.

**O Sr. Dinarte Mariz** (Rio Grande do Norte—ARENA) — Amenizou, mas não está dentro das normas que prevejo para melhorar a situação do Nordeste. Retirou, realmente, aquela parte que estava sendo solapada pelos que tinham os incentivos no Centro-Sul do País. Mas, condeno também. Acho que precisamos é terminar o 34/18, definitivamente, e ter um fundo orçamentário.

**O SR. MARCOS FREIRE** (Pernambuco—MDB) — Quanto ao afastamento do General Euler Bentes Monteiro, foi consequência